

Reflexão sobre os 25 anos da Constituição

Sempre que a Constituição Brasileira de 1988 faz aniversário – e agora está em seu 25º – a sociedade costuma refletir sobre as conquistas nela incorporadas, lembrando o momento político, as mobilizações, as lutas e disputas havidas no período Constituinte, nos anos de 1987 e 1988.

Cinco aspectos foram determinantes para os avanços, especialmente na área social: a) a redemocratização, após 21 anos de ditadura; b) o método de elaboração da Constituição; c) a unidade de ação e a mobilização popular; d) o foco do Governo em apenas dois aspectos do texto em debate; e) o fato de ter acontecido antes do Consenso de Washington.

A Constituinte foi o coroamento do processo de redemocratização, com o povo participando ativamente da construção do novo ordenamento jurídico. O desabrochar da cidadania, após 21 anos de ditadura, representou uma força simbólica imensurável. Foi nesse clima que todas as camadas da sociedade, em particular, os assalariados, lutaram pela remoção do entulho autoritário e pelo reconhecimento de direitos, inclusive os sociais, sufocados ao longo do período autoritário.

O método de elaboração da Constituição, sem um projeto prévio e com intensa participação popular, foi outro elemento determinante para os avanços em matéria de direito e cidadania. O PMDB, o maior partido

da Constituinte, teve a prerrogativa de indicar os relatores e negociar a presidência das oito comissões temáticas e das 24 subcomissões temáticas, três para cada comissão, além da presença majoritária na Comissão de Sistematização, a instância que antecedia às votações de plenário. Os relatores, sem exceção, eram parlamentares progressistas dos pontos de vista político e social, contribuindo para a constitucionalização dos direitos.

A intensa participação popular, feita de modo coordenado, teve papel decisivo. Além das emendas populares, com milhares de assinaturas, os setores organizados se fizeram presente nas audiências públicas. No mundo do trabalho, por exemplo, o DIAP, com apoio das centrais, confederações, federações e sindicatos existentes à época, coordenou a emenda consensual do movimento sindical, cuja íntegra foi incorporada ao relatório da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

O Governo federal, por sua vez, estava focado apenas em dois temas: o sistema de Governo e a duração do mandato do então Presidente da República. Tendo sido vitorioso em ambas as propostas, deixou os constituintes livres de pressão governamental em relação aos demais assuntos. Nos dois temas em questão, o Presidente Sarney atuou fortemente para manter o presidencialismo e reduzir a duração do mandato de seis para cinco anos, derrotando a tendência da Constituinte

te pelo sistema parlamentarista e por quatro anos de mandato.

A Constituição Brasileira, especialmente na ordem econômica e nos aspectos sociais – em particular a seguridade – incorporou conquistas importantes, contrariando a política neoliberal dos Governos Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra.

A reação dos organismos internacionais, defensores do Estado mínimo, foi imediata: apenas um ano após a promulgação da nossa Constituição, chegaram ao consenso sobre um receituário neoliberal de dez itens, o Consenso de Washington, que deveria ser imposto aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, sugerindo, inclusive, que fossem incorporados à própria Constituição, via reforma.

As circunstâncias fazem o momento. Não fossem aquelas circunstâncias favoráveis, certamente nossa Constituição, a exemplo da do Chile e de outros países latino-americanos, teria tido um viés neoliberal, sem proteção às empresas e a economia nacional e, principalmente, sem previsão constitucional de direitos sociais e trabalhistas, mas com a privatização da saúde e da previdência social, motores da política de proteção social no Brasil.

Viva a Constituição de 1988!!!

Celso Napolitano
Presidente do Diap

DIAP 30 anos

Dia 19 de dezembro
entidade completa três
décadas de fundação

Páginas 2 e 11

Poder Legislativo

“Cabeças” do Congresso
elegem os dez parlamentares
mais influentes

Páginas 5 a 9

Reforma política

Grupo de trabalho
aprova mudanças
no sistema político

Página 12

CELEBRAÇÃO

Vamos comemorar os 30 anos do Diap!

No próximo dia 19 de dezembro de 2013, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) estará completando 30 anos de existência e dedicação à defesa, à formação e à conscientização da classe trabalhadora, por intermédio das entidades sindicais filiadas.

O senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou requerimento ao presidente do Senado, senador Renan Calheiros (PMDB/AL), solicitando a definição de uma data em dezembro para realização de uma sessão solene em homenagem aos 30 anos do Diap.

Na data da sessão solene, cuja divulgação será feita no portal do Diap tão logo o presidente do Senado a defina, também será inaugurada a sede da entidade, com o lançamento da “Galeria Diap 30 anos”, para expor documentos históricos e as principais ações do Departamento neste período.

Na “Galeria Diap 30 anos”, estarão expostos documentos relacionados à fundação da entidade, à atuação no período constituinte, às pesquisas, além de cartazes de campanhas institucionais e de capas de publicações:

jornais, boletins, livros e as séries Quem foi Quem, Agenda para Falar com os Poderes, Cabeças do Congresso Nacional, Educação Política, Estudos Políticos, Estudos Técnicos e Cadernos Debate, entre outros. Veja algumas capas dessas publicações na página 11.

Lideranças sindicais, parlamentares, amigos e colaboradores serão convidados a comparecer aos dois eventos: a sessão solene, no Senado Federal, e a inauguração da sede, onde poderão visitar a exposição permanente.

Paulo Paim homenageia atuação do DIAP em prol dos trabalhadores

O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento na tribuna do Senado Federal no dia 18 de novembro elogiou o trabalho realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP em defesa dos trabalhadores no Congresso Nacional.

“O Diap tem cumprido um papel fundamental aqui no Congresso Na-

cional fazendo a ponte com o conjunto do movimento sindical. Eu diria, inclusive, que as principais conquistas aqui aprovadas, principalmente na elaboração da nova Constituição (1987/1988), tiveram a marca do Diap”, disse Paim.

Na elaboração da Carta Cidadã, a proposta do Diap foi incorporada quase na íntegra no capítulo da or-

dem social da nossa Constituição.

30 ANOS

O senador é autor de requerimento para realização de sessão solene para comemoração dos 30 anos da entidade que foi fundada em 19 de dezembro de 1983. A íntegra do discurso pode ser conferida na página da entidade: www.diap.org.br

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão
Ulisses Riedel de Resende

Edição
Viviane Ponte Sena

Redação
Alysson Alves, André Luis dos Santos,
Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina Pereira de
Sant'Ana, Marcos Verlaine, Neuriberg Dias, Ricardo
Dias de Carvalho, Robson Lopes
e Viviane Ponte Sena

Diagramação
Fernanda Medeiros
Fone: (61) 3224-5021
Ilustração capa: Cerino
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO-SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Jacy Afonso (SEEBB-DF)

João Batista da Silveira (SAAE-MG)

Nelson de Miranda Osorio (COBAP)

Cledo de Oliveira Vieira (SINDJUS-DF)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF-DF)

Suplente

Carlos Cavalcante Lacerda (CNTM)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Mário Souto Lacerda (SAEP-DF)

Tesoureiro

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente

Maria das Graças Costa (CUT-Nacional)

Conselho Fiscal

Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos-SP)

Pedro Armengol (CONDSEF-CUT)

Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos
Moedeiros)

Suplentes

Ricardo Nerbas (SINTEC-SP)

Arthur Emilio O. Caetano (STIU-DF-FNU)

Francisco Pereira da Silva (SINRAD-DF)

CIDADANIA

A lógica das seis últimas eleições presidenciais

*Antônio Augusto de Queiroz**

Os resultados das eleições presidenciais, em geral, estão relacionados com o desempenho da economia, mesmo que o Estado não seja intervencionista, e com a popularidade do/a presidente no exercício do mandato, dois indicadores quase sempre coincidentes. Quando a economia vai bem, o presidente cos-

tuma ser bem avaliado. Isto vale para qualquer país democrático, inclusive Brasil e Estados Unidos.

A tabela abaixo – que informa os anos das seis últimas eleições, o nome do presidente da República e sua popularidade na época, os eixos de campanha dos candidatos, o ambiente político no momento do pleito e os candidatos com melhor

desempenho nas urnas – permite extrair três conclusões importantes a respeito da sucessão presidencial, que demonstram a lógica dos resultados eleitorais.

Em todas elas, as conclusões estão relacionadas, ainda que indiretamente, já que estão expressas por outros indicadores, ao desempenho da economia.

Ano da eleição/ Presidente da República/popularidade	Eixos de campanha	Circunstância/ambiente	Principais candidatos e percentual de votos válidos
1989 – José Sarney – abaixo de 20% de aprovação	Renovação ética e inclusão social	De mudança	Collor e Lula – Collor foi eleito no 2º turno com 53,02% dos votos
1994 – Itamar Franco – 55% de aprovação popular	Estabilidade econômica - Plano Real	De continuidade – FHC foi ministro da Fazenda de Itamar	FHC e Lula – FHC foi eleito no 1º turno com 54,2% dos votos
1998 – Fernando Henrique Cardoso – 58% de aprovação	Estabilidade econômica – medo do fim do Plano Real	De continuidade	FHC e Lula – FHC foi reeleito no 1º turno com 53,06%
2002 – Fernando Henrique Cardoso – 35% de aprovação	Geração de emprego e combate à pobreza	De mudança	Lula e Serra – Lula foi eleito no 2º turno com 61,2% dos votos
2006 – Lula – 63% de aprovação	Prosperidade econômica e ascensão social	De continuidade, com mudança de método gerencial	Lula e Alckmin – Lula foi reeleito no 2º turno com 60,8% dos votos
2010 – Lula – 85% de aprovação	Consolidação das conquistas sociais	De continuidade	Dilma e Serra – Dilma foi eleita em 2º turno com 56,05% dos votos
2014 – Dilma 54% de aprovação	Consolidação das conquistas sociais	De continuidade com mudança de estilo e método	Dilma, Aécio ou Eduardo?

A primeira conclusão é que há uma relação estreita entre o índice de popularidade ou de aprovação do/a presidente da República e os votos recebidos por seus candidatos à sucessão, que, eventualmente, poderá ser o/a próprio/a presidente disputando a reeleição.

No pleito de 1989, o então presidente José Sarney não teve candidato à sua sucessão, mas nenhum dos candidatos dos partidos que lhe davam sustentação teve bom desempenho nas urnas. Os três mais votados foram Collor (PRN), Lula (PT) e Brizola (PDT), tendo os dois primeiros disputado o 2º turno, com a vitória do primeiro.

Nas cinco eleições seguintes, segundo dados de Alexandre Marinis, da Mosaico Consultoria, os índices de aprovação dos presidentes e o desempenho de seus candidatos foram muito próximos, conforme segue.

Em 1994, Itamar tinha 55% de aprovação e FHC, que era seu candidato e ex-ministro da Fazenda, teve 54% dos votos. Foi eleito em 1º turno contra Lula.

Em 1998, FHC era aprovado por 58% da população e teve 53% dos votos válidos em sua campanha de reeleição. Derrotou Lula pela segunda vez, no primeiro turno.

Em 2002, FHC tinha 35% de apoio e seu candidato, o ex-ministro do Planejamento, e da Saúde José Serra, alcançou 39% dos votos válidos no segundo turno. Perdeu a eleição para Lula.

Em 2006, Lula tinha 63% de aprovação e foi reeleito com 61% dos votos válidos em segundo turno. Lula venceu Geraldo Alckmin.

Em 2010, Lula tinha aprovação superior a 85%. Sua candidata, Dilma Rousseff, foi eleita em 2º turno com 56,05% dos votos válidos. Derrotou José Serra.

A segunda conclusão é que cada campanha possui seu eixo central, que é importante tanto para ganhar a eleição quanto para governar.

O candidato que não estiver sinto-

nizado com as políticas públicas sintetizadas pelo eixo da campanha não terá chance no pleito e, se for eleito e não implementá-las, terá problemas de governabilidade, como foi o caso de Collor.

Os eleitos, nos seis últimos pleitos presidenciais, só o foram porque conseguiram transmitir para a população o compromisso com as aspirações simbolizadas pelo eixo da campanha.

Collor, por exemplo, desenvolveu uma campanha contra os chamados "marajás", que representavam o desperdício, a corrupção e a incompetência, além de ter prometido melhorias sociais. No governo, não cumpriu nenhum dos dois eixos e foi afastado.

Os eleitos, nos seis últimos pleitos presidenciais, só o foram porque conseguiram transmitir para a população o compromisso com as aspirações simbolizadas pelo eixo da campanha

Já FHC foi coerente com os eixos de suas campanhas, focando na estabilidade econômica na primeira e, na segunda, no medo de que sem ele a estabilidade corresse risco.

Mas, no governo, foi coerente apenas no primeiro mandato, tendo mexido no câmbio, um dos pilares da política econômica, logo após a segunda posse, fato que afetou seu apoio popular e levou à derrota de seu candidato à sucessão.

Lula foi eleito e reeleito com discurso focado nos eixos das duas eleições: geração de emprego e combate à pobreza, na primeira, e prosperidade econômica e ascensão ou mobilidade social, na segunda.

No governo, manteve-se coerente com os eixos, fato que lhe assegurou a sua reeleição em 2006 e a eleição de sua candidata, Dilma Rousseff, em 2010.

A presidente Dilma teve como eixo de campanha a consolidação das conquistas sociais e tem sido coerente com elas, ainda que tenha problema na relação política com os agentes sociais, econômicos e políticos. Atualmente, faltando onze meses para a eleição, tem aprovação de 54%.

A terceira conclusão se refere ao ambiente político, ou seja, ao sentimento da população em relação à continuidade ou mudança das políticas e práticas governamentais.

Sempre que as circunstâncias exigiam mudança, o presidente da República não elegia seu sucessor do mesmo modo que nos momentos em que a conjuntura era favorável à continuidade, os presidentes eram reeleitos ou elegiam seus sucessores.

Para os candidatos do PSDB, no período pós-FHC, as circunstâncias sempre foram desfavoráveis. No caso de José Serra, quando ele foi o candidato da continuidade, em 2002, o ambiente era de mudança. Em 2010, quando se apresentou como o candidato da mudança, o ambiente foi de continuidade. Alckmin, em 2006, também foi o candidato da mudança num ambiente de continuidade.

A julgar pelos exemplos anteriores, são grandes as chances de reeleição da presidente Dilma, por que: 1) o ambiente político é de continuidade, embora com mudança de estilo e método; 2) seu eixo de campanha continua apontando para a consolidação dos programas sociais e a prosperidade das famílias, das empresas e do País; 3) terá, de novo, Lula, como principal cabo eleitoral; e 4) concorre no exercício do cargo.

A reeleição, entretanto, não é certa. Depende de uma série de fatores, entre os quais o desempenho da economia, a capacidade de seus adversários de convencimento dos eleitores e, principalmente, da popularidade da Presidente no período da eleição. Esperemos.

(*) *Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diápio e autor dos livros "Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis" e "Por dentro do governo - como funciona a máquina pública"*

Os Dez mais influentes do Congresso em 2013

O Diap, como faz todo ano desde 1994, concluiu a pesquisa de 2013 que elegeu os “Dez Parlamentares mais influentes” do Poder Legislativo, de acordo com a percepção dos “100 Cabeças do Congresso” sobre o poder e a capacidade de liderança dos eleitos na definição da agenda legislativa. A con-

sulta aconteceu entre 25 de setembro e 8 de novembro e votaram 65 “Cabeças”, sendo 37 deputados e 28 senadores.

Entre os escolhidos, onze devido a empate no 10º lugar, estão seis deputados e cinco senadores, conforme tabela a seguir.

Posição	Nome	Nº de votos	Status
1º	Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	31	Presidente da Câmara dos Deputados
2º	Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	28	Líder do PMDB na Câmara dos Deputados
3º	Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	26	Líder do Governo Dilma na Câmara dos Deputados
4º	Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	25	Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional
5º	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	19	Líder do PSDB no Senado Federal
6º	Deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO)	17	Líder do DEM na Câmara dos Deputados
7º	Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	16	Vice-líder do Bloco da Maioria no Senado Federal
8º	Deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP)	14	Líder do PSDB na Câmara dos Deputados
9º	Deputados José Guimarães (PT-CE)	13	Líder do PT na Câmara dos Deputados
10º	Senador Aécio Neves (PSDB-MG) Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	12 ⁽¹⁾	Presidente Nacional do PSDB Vice-líder do PT no Senado Federal

12⁽¹⁾ – Empate no décimo lugar

Fonte: DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Como se pode depreender do resultado, quatro características chamam a atenção: 1) equilíbrio entre situação e oposição; 2) há a presença de representantes de quatro das cinco regiões entre os mais influentes, ainda que o sudeste tenha preponderado; 3) os partidos mais atuantes e representativos garantiram presença na elite parlamentar; e 4) os votantes valorizaram a posição institucional dos parlamentares já que todos os eleitos são líderes, vice-líderes, presidente de partidos ou presidentes das Casas Legislativas.

No plano regional, com exceção da região Sul, todas as demais tiveram

representação entre os mais influentes do Poder Legislativo. O Sudeste lidera com cinco parlamentares, sendo três deputados e dois senadores, dos quais três de São Paulo, um do Rio de Janeiro e outro de Minas Gerais. A região Nordeste vem em segundo lugar, com quatro representantes, sendo dois deputados, um do Rio Grande do Norte e outro do Ceará, e dois senadores, um da Bahia e outro de Alagoas. As regiões Norte e Centro-Oeste estão representadas, respectivamente, por um senador e um deputado.

Partidariamente, lideram a lista o PMDB, com quatro representantes, sendo dois deputados e dois senadores.

Em seguida vêm o PT e PSDB, empatados com três cada, sendo respectivamente, dois deputados e um senador e dois senadores e um deputado. O DEM está representado por um deputado entre os mais influentes.

O critério de escolha dos votantes, a julgar pelo resultado, considerou o aspecto institucional o mais importante, a ponto de todos os escolhidos estarem exercendo algum cargo ou missão institucional, seja como líderes e vice-líderes, seja como presidente das Casas Legislativas ou de partido político.

Pela primeira vez, desde que o

Diap faz a pesquisa, houve empate no décimo lugar, razão da divulgação de onze nomes em lugar de dez. Já houve empate entre os dez e o critério de desempate é a ordem alfabética, mas nunca tinha acontecido na última colocação, motivo pelo qual se decidiu por divulgar os nomes dos dois senadores que ficaram em décimo lugar.

Também merecem registro, logo após os dez mais influentes, os votos recebidos por um segundo grupo de parlamentares, que vai da décima primeira até a vigésima segunda posição: 11º lugar, senador Cristovam Buarque (PDT-DF); 12º, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP); 13º, deputado Miro Teixeira (Pros-RJ);

14º senador Jarbas Vasconcellos (PMDB-PE); 15º, senador José Agripino (DEM-RN); 16º, deputado Paulo Teixeira (PT-SP); 17º, senador Alvaro Dias (PSDB-PR); 18º, senadora Ana Amélia (PP-RS); 19º, deputada Luiza Erundina (PSB-SP); 20º, senador Pedro Simon (PMDB-RS), 21º, senador Vital do Rego (PMDB-PA), e 22º, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS).

No segundo grupo, diferentemente do primeiro, pesou o critério mais reputacional do que propriamente institucional, já que dos doze listados, apenas dois exercem postos na estrutura da Casa: um é líder partidário e outro presidente de comissão. Todos os demais não ocupam cargos institucionais, embora sejam interlocutores

frequentes ou exercem relatorias de matérias relevantes.

O grau de influência dos parlamentares na definição da agenda legislativa, tendo como parâmetro a opinião dos “Cabeças do Congresso”, depende do posto ocupado, em primeiro lugar, da reputação positiva entre os colegas deputados ou senadores, em segundo, e por fim o modo como exercem seus mandatos, particularmente como atuam nas articulações, negociações e relatorias de matérias importantes.

Leia a pesquisa completa dos 10 mais do Congresso Nacional acessando a página do Diap (www.diap.org.br). A seguir, o perfil de cada parlamentar escolhido.



Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)

Deputado, 11º mandato, advogado e empresário. Membro de família tradicional na política do Rio Grande do Norte, é filho do ex-governador e ex-ministro, Aluísio Alves, e primo do ex-presidente do Senado e atual ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Na Câmara desde 1971, é o deputado federal com maior número de mandatos. Já foi 2º secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Membro da bancada da comunicação, tem participação acionária na rádio Cabugi, na Inter-TV (Globo) e na rádio difusora de Mossoró. Foi relator da Emenda Constitucional 36, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro nos veículos de comunicação. Já presidiu

a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Constituição e Justiça. Discreto em sua atuação parlamentar, foi líder do PMDB. Foi relator da MP 459/2009, transformada na Lei 11.977, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Filiado ao PMDB desde o 1º mandato federal, integra a base de sustentação ao governo Dilma. Em cumprimento ao acordo firmado entre o PT e o PMDB de revezamento na presidência da Câmara dos Deputados, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados para o biênio 2013-2015. Compõe pela décima quarta vez (1997, 1998, 1999, 2000, 2003 e 2005 a 2013) a relação dos parlamentares mais influentes. Destaca-se como articulador.

Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Deputado, 3º mandato, economista. Político experiente, foi presidente da Telerj, subsecretário e presidente da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro na gestão do governador Anthony Garotinho. Parlamentar articulado, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças e Tributação, dois colegiados importantes do Parlamento. Na Câmara, relatou inúmeras matérias, entre as quais a PEC 50/2007, do Executivo, promulgada como E.C. 56/2007, que prorrogava a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2011. Foi também relator da polêmica PEC 351/2009, promulgada como E.C. 62/2009, que dispõe sobre nova forma para pagamento das decisões judiciais, os chamados precatórios. Integrante da bancada evangélica, o deputado é autor, entre outros, do substitutivo ao PL 5.598/2009, que regulamenta o direito constitucional de livre exercício de cultos religiosos (Lei Geral das Religiões) e do PL 1.545/2011, que tipifica crime de aborto praticado por médico. É presidente da comissão mista da MP 599/2012, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao DF e aos Municípios, com o objetivo de compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); instituiu o Fundo de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Em 2012, no plenário da Câmara, relatou e emitiu parecer a vários projetos de aumento de remuneração para servidores do Poder Executivo Federal, do Senado Federal, do MPU, do Magistério Federal e de Técnico-Administrativo em Educação. Líder do PMDB, destaca-se como debatedor.



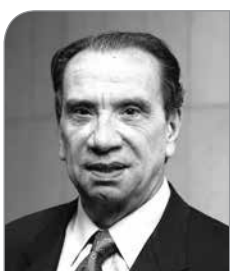


Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Deputado, 5º mandato, médico. Líder do governo Dilma na Câmara dos Deputados, Chinaglia é um dos parlamentares mais influentes do Congresso. Foi líder do PT e líder do governo Lula na Câmara, além de presidente da Casa, quando a instituição recuperou a liderança do processo decisório no Congresso. Nos dois anos em que presidiu a Câmara foi eleito como o parlamentar mais influente do Congresso Nacional. Foi também presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Teve papel destacado como crítico da política econômica do Governo FHC. Nome de expressão do PT, foi dirigente nacional e estadual do partido, além de secretário das Subprefeituras na gestão de Marta Suplicy, em São Paulo. É um articulador privilegiado, como demonstrou no exercício dos cargos ocupados no Legislativo e no Executivo. Relatou, entre outras matérias, a Medida Provisória 497/2010, sancionada como Lei 12.350, que dispõe sobre a desoneração tributária para a construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol que serão utilizados na Copa de Futebol de 2014. Iniciou sua trajetória política no movimento estudantil e sindical, tendo sido presidente do Sindicato dos Médicos e da CUT do estado de São Paulo, além de vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos. Debatedor qualificado, é respeitado pela situação e pela oposição devido à clareza dos argumentos e firmeza na defesa de suas convicções. Relator-geral do Orçamento de 2013, compõe pela 16ª vez a elite do Congresso Nacional. Bom formulador, destaca-se como negociador.

Renan Calheiros (PMDB-AL)

Senador, 3º mandato, advogado e produtor rural. Experiente, iniciou sua trajetória política no movimento estudantil. Foi deputado estadual, federal e ministro da Justiça no Governo FHC. Na Assembleia Nacional Constituinte, foi autor da proposta que tornou facultativo o voto aos 16 anos. Parlamentar articulado, com forte trânsito e de boa formação, em 1995 presidiu a Comissão Representativa do Congresso e ocupou a 2ª Secretaria da Mesa, quando coordenou um grupo de trabalho que iniciou o processo de modernização do Senado. No período de 2001 a 2004, liderou o partido na Casa. É um dos operadores no Congresso em matérias de justiça, segurança e cidadania. Relatou, em 2002, a medida provisória que regulamentou o pagamento de benefícios a anistiados políticos. Em 2003, Renan foi relator do programa Bolsa Família, que se transformou no principal programa social do Governo Lula. Trabalhou pela aprovação do Estatuto do Desarmamento e foi autor do projeto de resolução que convocou, em 2005, o referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo no Brasil. Ainda em 2005, alcançou o ápice da carreira parlamentar ao ser eleito presidente do Senado, onde permaneceu até 2007. Em 2009, foi novamente escolhido líder do PMDB no Senado Federal, tendo sido reconduzido na função, em 2011, pela 4ª vez. Foi também líder do Bloco Parlamentar da Maioria, constituído de 25 senadores. Relatou na CCJ, entre outras matérias, a PEC 103/2011, que dispõe sobre a divisão do ICMS entre os estados na venda de produtos pela Internet. A matéria está tramitando na Câmara como PEC 197/2012 aguardando criação de comissão especial. Presidente do PMDB em Alagoas, e senador proeminente do partido, é um importante aliado do Governo Dilma no Parlamento. Em 2013, foi eleito pela terceira vez presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Está pela 17ª vez na relação dos “Cabeças” do Congresso Nacional. Destaca-se como debatedor.



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

Senador, 1º mandato, paulista, advogado e mestre em Ciência Política. Atual líder do PSDB no Senado Federal. Com longa trajetória na vida pública, foi deputado estadual, deputado federal, vice-governador na gestão de Fleury, secretário de Justiça e secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, além de ministro da Justiça no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi também chefe da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo na gestão de José Serra. No mandato de deputado federal, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, uma das mais importantes da Câmara. Estreou no Senado como vice-líder do PSDB e membro da comissão especial de Reforma Política, cujos trabalhos já foram concluídos. Parlamentar articulado, que goza de grande respeito pelo seu saber jurídico, é autor, entre outras matérias, da PEC 90/2011, que altera a redação do art. 45 da Constituição Federal para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determinar os princípios pertinentes à definição dos distritos e estender o sistema majoritário às eleições de deputado estadual, deputado distrital e de vereador. Tem sido um crítico sistemático das ações do Governo Dilma para o enfrentamento da inflação, da melhoria da saúde pública, da educação e do cumprimento da lei de Responsabilidade Fiscal. É membro da comissão temporária que analisa o PLS 236/2012, que dispõe sobre o novo Código Penal, elaborado por uma comissão de juristas. É vice-presidente da Subcomissão Temporária de elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil que funciona no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Já presidiu a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional da Comissão de Assuntos Econômicos. Membro da Comissão de Constituição e Justiça, é relator de diversos projetos no colegiado, entre os quais o PLS 24/2012, que está tramitando na Câmara dos Deputados como PL 4.785/2012, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para determinar a restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou a remarcação da data da viagem pelo passageiro. Destaca-se como debatedor.

**Ronaldo Caiado (DEM-GO)**

Deputado, 5º mandato, médico e empresário rural. Fundador e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), representa os interesses dos profissionais da área da saúde e dos proprietários rurais no Congresso Nacional. É autor, entre outras matérias, da PEC 454/2009, que está em análise em comissão especial e estabelece diretrizes para a organização da carreira de Médico de Estado. É presidente do DEM no Estado de Goiás e membro nato da direção nacional do Democratas. Em 1989 disputou a Presidência da República pelo PSD. Parlamentar articulado, presidiu a Comissão de Agricultura da Câmara e atua para que o colegiado permaneça sob o comando do seu partido. Já foi vice e atualmente é líder do DEM na Câmara dos Deputados. De família tradicional no Goiás, é um interlocutor privilegiado dos pecuaristas no Legislativo. Foi coordenador da Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária. São bandeiras do parlamentar, além do combate às ocupações de terra, a agenda dos agricultores e produtores rurais, para os quais reivindica menores taxas de juros, mais créditos, incentivos e negociações de dívidas. Tem se destacado no debate da reforma política na Câmara. O deputado relatou o PL 1.210/2007, que está pronto para ser votado no plenário da Casa, e permite a realização de showmício e propõe o financiamento público da campanha. Estudioso do sistema eleitoral brasileiro, é 3º vice-presidente da comissão especial destinada a apresentar propostas em relação à Reforma Política. É também 3º vice-presidente da comissão especial que analisa a PEC 10/1995, que cria o Sistema Distrital Misto. É, ainda, 1º vice-presidente da comissão especial que analisa a PEC 368/2009, que amplia o prazo em que a União deverá destinar às regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. Integra, desde 1999, o seletor grupo de parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Está, portanto, pela 15ª vez consecutiva, na relação dos “Cabeças”. Excelente formulador e negociador, destaca-se como debatedor.

Romero Jucá (PMDB-RR)

Senador, 3º mandato, pernambucano, economista. Político experiente, foi secretário estadual e nacional de Habitação, governador de Roraima nomeado pelo presidente da República, além de presidente da Funai. Parlamentar atuante e articulado, foi vice-líder e líder do Governo no Senado na segunda gestão de FHC. No Governo Lula, foi ministro da Previdência e exerceu o cargo de líder governista no Senado, posto que permaneceu ocupando durante o primeiro ano do Governo Dilma. Atualmente é vice-líder do Bloco da Maioria, constituído de 28 senadores. Estudioso de finanças públicas e prático na forma de agir, relatou a Reforma Tributária em 2003, o Orçamento de 2004 para o ano de 2005 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias em 2006 para valer em 2007. Foi relator de receitas do Orçamento para 2010 e relator geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2013. Pós-graduado em Engenharia, é um especialista no Congresso em matéria de infraestrutura. Um dos expoentes do PMDB no Senado, é 3º vice-presidente nacional do partido. Apoiador do Governo Dilma no Parlamento, é 2º vice-presidente do Senado Federal. Com frequência, é designado para importantes relatorias, como a do PLS 244/2013 - Complementar, que regulamenta direitos e deveres dos trabalhadores domésticos; a da Comissão Mista Especial de Reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional; e a da Comissão Mista do Congresso para consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição. É autor de diversos projetos, entre os quais o PRS 72/2010, transformado na Resolução 13/2012 do Senado, que unifica em 4% as alíquotas do ICMS para produtos importados. A aprovação dessa matéria acaba com a chamada “Guerra dos Portos” e dá mais competitividade à indústria brasileira, especialmente àquelas fabricantes de produtos no Polo Industrial de Manaus. Hábil negociador, destaca-se como formulador. Compõe, pela 15ª vez, 1998 a 2004, 2006 a 2012, a relação dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

**CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)**

Deputado, 3º mandato, promotor de justiça. Atual líder do PSDB na Câmara dos Deputados. Parlamentar oriundo do Ministério Público, acumula vasta prestação de serviços à Promotoria Pública Civil, Criminal, de Justiça e de Defesa do Consumidor. Ex-vereador e deputado estadual, presidiu as Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo. Ex-secretário para os Assuntos de Segurança Pública de Campinas, é autor da lei que criou a Guarda Municipal. Na Câmara dos Deputados, já exerceu o cargo de Procurador de Integração e Cidadania. Membro da Comissão de Defesa do Consumidor, relatou, entre outras matérias, o PL 52/2011, que institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar. O projeto está em análise na Comissão de Agricultura e na de Constituição e Justiça. Parlamentar atuante, integra pela segunda vez o seletor grupo dos deputados mais influentes da Câmara dos Deputados. Opositor qualificado do Governo Dilma, com frequência apresenta requerimentos convocando ministros e demais autoridades do Executivo para prestação de esclarecimentos sobre eventuais irregularidades. Articulador e formulador qualificado, destaca-se como debatedor.

José Guimarães (PT-CE)

Deputado, 2º mandato, advogado. Iniciou sua atividade política como diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e chefe de gabinete da Prefeitura de Fortaleza. Deputado estadual articulado, líder da bancada, foi escolhido o parlamentar mais influente da Assembleia Legislativa do Ceará. Relatou a Lei Orçamentária estadual do ano de 2004. No PT desde 1985, foi presidente estadual do partido durante oito anos e coordenou as campanhas de Lula em 1989 e 2002. Considerado petista “histórico”, Guimarães já foi 2º vice-presidente do Diretório Nacional do partido, membro da Executiva Nacional e líder do Campo Democrático, principal corrente interna do partido no plano estadual. Na Câmara dos Deputados, já ocupou os cargos de vice-líder do PT, coordenador da bancada cearense no Congresso e presidente da Subcomissão do Nordeste. Já foi vice-líder do Governo e atualmente é líder do PT na Casa. Tem sido designado para importantes missões do Governo no Parlamento, entre as quais a relatoria da MP 527/2011, transformada na Lei 12.462, que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014), as Olimpíadas e as Paraolimpíadas (2016). Foi presidente da comissão mista da MP 595/2012, transformada na Lei 12.815, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Destaca-se como negociador.

**Aécio Neves (PSDB-MG)**

Senador, 1º mandato, mineiro, economista. É neto e herdeiro político de Tancredo Neves. Experiente, foi deputado federal por quatro mandatos, tendo ocupado a liderança do PSDB na Câmara e se revelado um grande articulador, o que o credenciou à presidência da Casa. A criação da Ouvidoria, do Conselho de Ética e da Comissão de Legislação Participativa ocorreu na gestão de Aécio como presidente da Câmara. O acesso público, via internet, da tramitação de proposições legislativas também foi viabilizado durante sua passagem pela Mesa Diretora, assim como o fim da imunidade parlamentar. Após 16 anos de atividades na Câmara, foi eleito e reeleito governador de Minas

Gerais. No Senado Federal, tem atuado como liderança de oposição responsável ao Governo de Dilma Rousseff. É um crítico da adoção de medidas provisórias pelo Poder Executivo por acreditar que essas matérias restringem a autonomia do Parlamento. A quantidade de ministérios no governo Dilma também tem sido objeto de crítica do parlamentar. Fez parte da comissão especial de Reforma Política. Esse colegiado aprovou relatório que deu origem a vários projetos de lei sobre o tema. Aécio foi relator na CCJ da PEC 11/2011, que altera o rito das medidas provisórias. Pela proposta, que tramita na Câmara como PEC 70/2011, as Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas (Câmara e Senado) terão de avaliar a admissibilidade das MPs para não permitir a inserção de temas alheios aquele que deu origem à medida provisória. O senador tem atuado também em defesa da Federação, tendo apresentado projeto que prevê a recuperação dos fundos de participação, visando o fortalecimento de estados e municípios. É um dos fundadores da Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública. Em 2011, em parceria com o deputado Gabriel Chalita (PMDB-SP) e o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), Aécio lançou a Frente Parlamentar Mista da Adoção com o objetivo de mobilizar a sociedade e poderes públicos em torno de políticas e ações de incentivo à adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Articulado, em 2013 foi eleito presidente nacional do PSDB. Excelente formador de opinião e debatedor, destaca-se como articulador.

Walter Pinheiro (PT-BA)

Senador, 1º mandato, baiano, técnico em telecomunicações. Político experiente, iniciou sua trajetória política no movimento sindical, tendo sido presidente do Sintel/BA e coordenador-geral da Fittel. Antes de chegar ao Senado exerceu quatro mandatos consecutivos de deputado federal. Conhecedor profundo de assuntos de infraestrutura, inclusão digital, telecomunicações, ciência e tecnologia, é muito respeitado pela qualidade de seus pronunciamentos. Em 2008, assumiu a presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. Foi presidente da Comissão Especial que elaborou a Lei das Agências Reguladoras, participou da criação da Lei Geral de Telecomunicações e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNNDT). Em 2009, quando cumpria seu quarto mandato na Câmara, se licenciou para assumir a Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia. Acompanha e atua, com o mesmo empenho que nutre pelo patrimônio público e interesses nacionais, as demandas do Nordeste, em geral, e da Bahia, em particular. Foi relator da Medida Provisória 565/2012, transformada na Lei 12.716, que trata da renegociação das dívidas rurais do Nordeste. Líder do PT no Governo Lula, já atuou como líder e vice-líder do PT no Governo Dilma no Senado. Atualmente, é vice-líder do PT na Casa. Já atuou como vice-líder do Governo Dilma na Comissão de Orçamento e relator do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Participou da elaboração da Lei da Informática (11.077/2004), da Lei para Crédito Agrícola e Incentivo à Agricultura (11.322/2006) e da Lei do Audiovisual (12.485/2011). É um dos mais competentes e eficazes negociadores do partido. Membro da bancada evangélica, integra pela 15ª vez consecutiva, desde 1997, a relação dos “Cabeças” do Congresso Nacional. Destaca-se como negociador.



2014, uma eleição presidencial em aberto

Antônio Augusto de Queiroz*

São muitos os aspectos que os estrategistas de campanha terão que analisar e processar para ter um bom diagnóstico e projetar um bom prognóstico para seus candidatos. Dois aspectos precisam ser considerados: as manifestações de rua e as características do pleito.

A explosão de indignação de junho e julho, quando milhares de pessoas foram às ruas protestar, terá como consequência uma maior desilusão com a política, diante das respostas tímidas às demandas, e isso poderá levar a um índice recorde de abstenção, de votos brancos ou nulos.

As motivações dos protestos também merecem ser analisadas, para melhor compreender seus possíveis desdobramentos. Embora a agenda fosse difusa, percebe-se que o cidadão protestou em quatro das suas cinco dimensões e não o fez contra este ou aquele governante em particular.

A primeira dimensão foi a de eleitor, por não se sentir representado

pelos instituições governamentais. Não há, de parte dos eleitos, respeito aos programas nem prestação de contas aos representados.

A segunda foi a de contribuinte, por entender que os recursos que se paga de impostos não são bem aplicados. A percepção é de que as receitas tributárias destinadas à construção de mega-estádios, são desviados ou vão para apoiar empresários como Eike Batista.

A terceira foi a de usuário de serviço público, pela notória má qualidade desses serviços, especialmente nas áreas de educação, saúde, transporte e segurança.

A quarta foi a de consumidor, pelo medo de retorno da inflação e também pela perda de renda decorrente do aumento das taxas de juros.

A quinta dimensão do cidadão, que é a do trabalhador enquanto classe, mesmo com o baixo crescimento da economia, não se fez presente nos protestos, entre outras razões, porque o assalariado ainda está sa-

tisfeito com a geração de emprego e o aumento da renda, como comprovam as pesquisas do mundo do trabalho.

Se os trabalhadores e suas entidades tivessem ido às ruas, certamente as manifestações teriam tido um caráter mais estrutural. É que sempre que os trabalhadores protestam, de forma organizada e com caráter classista, há grandes transformações. Foi assim no combate à ditadura, na campanha da anistia e das eleições diretas, na constituinte e no *impeachment* de um presidente, entre outros.

Por exemplo, as manifestações não questionaram explicitamente os fundamentos da política econômica nem pediram a destituição dos governantes, o que levaria a mudanças estruturais. Com a classe trabalhadora nos protestos, esses pontos seriam os primeiros levantados.

O segundo aspecto, que exigirá muita imaginação dos marqueteiros e das direções partidárias, diz respeito às principais características do pleito de 2014, muito diferentes dos de 2010, conforme tabela abaixo:

Eleição de 2010	Eleição de 2014
Caráter plebiscitário	Sem caráter plebiscitário
Polarizada entre PT e PSDB	Sem polarização
Coincidência de agenda	Diferença de agenda
Candidatos com perfil técnico ou gerencial	Candidatos com perfil político
Ausência de terceira via	Terceira via consistente
Denúncia como arma política da oposição	Debate programático
Comparação do passado	Apontar para o futuro

A disputa, a julgar pelo quadro acima, não terá caráter plebiscitário nem será entre ricos e pobres. Também não se dará entre os que estão com o PT e os que estão contra o partido. Ou entre os que defendem os trabalhadores e os que são contra. Ou ainda, entre quem defende a privatização e quem é contra. A disputa, tudo leva a crer, não será polarizada entre o PT e o PSDB. Desta vez, parece que existe uma terceira via consistente.

E o ambiente político, a despeito

dos protestos e do baixo crescimento econômico, ainda é de continuidade, porém com exigência de correção de rumos, de estilo e postura dos governantes. Em conjunturas com essas características, a oposição tradicional tem pouco espaço.

Portanto, transmitir esperança e confiança ao eleitor pelos candidatos durante a campanha é fundamental para o desfecho da disputa. Os dois candidatos de oposição – Aécio Neves, do PSDB, e Eduardo Campos,

do PSB – têm abordagens diferentes. O primeiro tem um discurso mais voltado para o ajuste das contas públicas e a defesa da economia de mercado, enquanto o segundo apoia as conquistas da redemocratização, da estabilidade econômica e os avanços sociais dos governos Lula e Dilma, prometendo fazer mais e melhor.

Nessa perspectiva, embora o PSDB – que nas últimas cinco eleições venceu duas em primeiro turno

e disputou três em segundo turno – tenha uma grande base de apoio, num eventual segundo turno, terá grandes dificuldades por não estar em sintonia com o ambiente de continuidade. Já Eduardo Campos, cujo desafio é estar no segundo turno, se conseguir chegar à disputa final, será o candidato com maior potencial de ganhar da presidente Dilma.

Outra explicação para o cenário acima, caso a presidente Dilma não liquide a fatura em primeiro turno, é que no segundo turno, numa even-

tual disputa entre Aécio e Dilma, a tendência de Eduardo Campos é ficar neutro, marchar com a presidente ou seus votos migrarem majoritariamente para a candidata oficial. Já na hipótese de Dilma e Eduardo Campos, a tendência é que o apoio e os votos de Aécio Neves sejam canalizados para Eduardo Campos.

Sendo verdadeiras as premissas acima, a presidente Dilma está em melhor situação: pode ganhar em primeiro turno e só corre maior risco de perder num eventual segundo

turno se a disputa for com Eduardo Campos, que contará com o apoio e os votos de Aécio. Já se a disputa se der entre Aécio e Dilma, ela é a franca favorita, já que, senão o apoio, certamente a esmagadora maioria dos votos de Eduardo Campos irão para ela. É aguardar para conferir.

(* *Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diap e autor dos livros "Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis" e "Por dentro do governo - como funciona a máquina pública"*)

DIAP: 30 anos de atuação em defesa dos trabalhadores



Quadro comparativo: PEC do GT da reforma política no Congresso

O Grupo de Trabalho sobre Reforma Política, coordenado pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), aprovou Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que irá tramitar nas comissões e nos

plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, contemplando uma série de mudanças em pontos importantes do sistema político, conforme resumo na tabela a seguir.

ASSUNTO	COMO É	COMO FICARÁ	COMENTÁRIOS
Voto	Voto e alistamento eleitoral obrigatórios	Voto facultativo e alistamento eleitoral obrigatório	Institui o voto facultativo em substituição ao obrigatório
Filiação partidária	Um ano antes do pleito	6 meses antes do pleito	Reduz de um ano para seis meses o prazo de filiação como condição para concorrer a mandatos eletivos
Fidelidade partidária	Por decisão judicial	Estatuto do partido	Obriga a inclusão da disciplina e da fidelidade partidária nos estatutos dos partidos
Coligações em eleições proporcionais	Livres	Desde que fiquem vinculados (bloco) até o fim da legislatura	Na eleição proporcional nos estados só poderão ser integradas por todos ou alguns dos partidos que, em nível nacional, tenham decidido constituir federação para compor bloco parlamentar na Câmara dos Deputados
Federação de partidos	Inexiste	Será permitida e os partidos deverão estar juntos em toda a legislatura	Passa a ser condição para que haja coligação na eleição proporcional
Criação de partidos	Apoio de, pelo menos, 0,5% do eleitorado da última eleição para a Câmara dos Deputados	Apoio de, pelo menos, 0,4% do eleitorado ou apoio de, pelo menos, 5% dos deputados federais	Reduz o número de assinaturas e permite a criação só com o apoio de deputados, cinco por cento da composição da Câmara dos Deputados
¹ Funcionamento parlamentar	Livre	Só para os partidos que tenham alcançado 5% dos votos para as respectivas Casas legislativas	Reduz as prerrogativas dos partidos que tenha tido menos de 5% dos votos para a respectiva casa legislativa. Não farão parte da Mesa Diretora, não terão liderança nem poderão eleger parlamentar para presidência de comissões, entre outras vedações.
Fundo partidário	5% para todos os partidos e 95% distribuídos proporcionalmente aos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados	O acesso ao fundo partidário fica restrito aos partidos que tenham obtido na última eleição para a Câmara dos Deputados 5% dos votos gerais, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados, com o mínimo de 3% em cada um deles	Só terão acesso ao fundo partidários os partidos que atingirem os novos requisitos: 5% dos votos nacionais, distribuídos em pelo menos 1/3 dos Estados, com não menos de 3% em cada um deles
Horário eleitoral	1/3 distribuído entre todos os partidos e 2/3 proporcionais à bancada eleita para a Câmara dos Deputados	O acesso ao horário eleitoral gratuito fica restrito aos partidos que tenham obtido na última eleição para a Câmara dos Deputados 5% dos votos gerais, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados, com o mínimo de 3% em cada um deles	Só terá acesso ao horário eleitoral gratuito os partidos que atingirem os novos requisitos: 5% dos votos nacionais, distribuídos em pelo menos 1/3 dos Estados, com não menos de 3% em cada um deles
Financiamento de campanha	Privado (pessoa física e jurídica)	Opção entre exclusivamente privado, exclusivamente público ou misto	Será feita apenas aos partidos, que escolhem se será só público, só privado ou misto
Circunscrição eleitoral	Todo estado	Divisão dos estados para eleição, por circunscrição para eleição de 4 a 7 deputados	Os Estados serão divididos em circunscrições eleitorais para o preenchimento de 4 a 7 vagas. Os municípios continuam como circunscrição única para eleição de vereadores
Quociente eleitoral	Divisão dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, assembleias estaduais e câmara de vereadores pelo número de vagas de cada circunscrição atual (estado e município)	O parlamentar para ser eleito precisa ter obtido, no mínimo, 10% do resultado da divisão do número de votos válidos na futura circunscrição pelo número de cadeiras a preencher	Passa a exigir votação mínima de 10% dos votos válidos da circunscrição para a eleição de deputados federais, estaduais e vereadores
Eleição por sobra	Pela maior média partidária e apenas para os partidos que atingiram o quociente eleitoral	Os lugares não preenchidos com os 10% dos votos serão ocupados pelos candidatos individualmente mais votos	As vagas não preenchidas pelos 10% serão ocupadas pelos candidatos individualmente mais votados. Acaba com o sistema de maior média e todos partidos participam de sua distribuição.
Coincidência de mandatos	Eleições alternadas	Coincidência das eleições	Só haverá eleição de quatro em quatro anos e não mais de dois em dois

¹ Os partidos sem direito a funcionamento parlamentar, embora possam participar das votações em plenário e nas comissões, não terão direito a constituir liderança, nem a prerrogativa de presidir comissões ou participar de eleições da Mesa

Fonte: Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar